

HISTÓRIA DAS IDÉIAS EM NELSON WERNECK SODRÉ E JOÃO CRUZ COSTA: uma saga da consciência nacional

Norma Côrtes

Nesta apresentação¹ pretendo explorar as noções de ideologia e idéias nacionalistas formuladas por dois clássicos da historiografia brasileira. Minha intenção é identificar proximidades e diferenças entre João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956; e Nelson Werneck Sodré, *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961. Apesar de esses dois autores possuírem colorações teóricas e matrizes filosóficas notavelmente distintas,² suas obras são comparáveis, porque nelas se encerra o mesmo esforço de análise e de interpretação da História da produção intelectual brasileira.

Além disso, ambas foram escritas em fins dos anos 1950 e podem ser compreendidas como

peças do debate intelectual e político que, por aproximadamente quinze anos, e logo após o fim da II grande Guerra, atravessou todo o planeta e foi animado por esperanças quanto à autonomia dos povos (eis o processo de descolonização³) e otimismo quanto às possibilidades de se conciliar democracia com o planejamento do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, *Contribuição à história das idéias* e *A ideologia do colonialismo* são peças do debate acerca do problema da autonomia nacional. E aí ingressam não só por possuírem uma

³ Esse ânimo é nítido em Sodré (1962): "O homem está assistindo, nos dias em que vivemos, ao acelerado processo de deterioração das áreas coloniais, surgindo para o mundo, desde a última guerra novas nações e, por consequência, uma nova composição de forças no campo internacional. [...] o processo de deterioração das áreas coloniais a que estamos assistindo difere, fundamentalmente, daquele de que resultou a composição atual da América. Hoje há um conteúdo revolucionário inequívoco nos movimentos pela emancipação. Na fase histórica em que o Brasil conquistou a Independência, não havia, pelo menos necessariamente, tal conteúdo. Era possível alcançar a autonomia, mantendo estrutura anterior de produção e moldando as instituições segundo impunha aquela estrutura. É que o colonialismo encontrava na independência de determinadas áreas, que se constituíam em *paises* mas não em *nações* no rigoroso sentido do termo, um prolongamento natural." (Sodré, 1961, p. 7 – o grifo é meu).

¹ Trabalho apresentado no GT 13 - Pensamento Social no Brasil do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, 31 de maio - 03 de junho de 2005. FAFICH/UFMG.

² Para rápida visão de suas trajetórias intelectuais, com uma importante indicação sobre a literatura produzida por seus respectivos comentadores, ver Aguiar (2000).

visão de mundo nacionalista, mas também porque assumem um posicionamento intelectual e um modo de abordagem historicizante,⁴ digo historicista,⁵ já que seus autores pretendiam dar conta do processo de constituição histórica e do desenvolvimento das idéias nacionais. Com intenções autorais semelhantes, tanto o historiador do ISEB quanto o filósofo da USP descreveram uma espécie de saga da inteligência brasileira, conferindo sentido e significado aos estilos de pensamento, aos feitos da consciência ou às tradições intelectuais, em razão do seu ordenamento numa dada seqüência temporal e em função do jogo de interesses que realmente polarizava os agentes históricos. Em outras palavras, ambos formularam um mesmo tipo de reflexão historicizante e de análise processual que compreendia o fenômeno da formação da inteligência no Brasil a partir do enraizamento das idéias no tempo e na realidade histórica.⁶

A filosofia não é, pois, exterior ao mundo. Não é simplesmente uma *aventura do espírito*, mas uma *aventura humana*, total, que se expressa freqüentemente, de modo sutil, mas cujas raízes estão na terra. (Costa, 1956, p. 24)

A filosofia encontra a verdade na sua adequação com a realidade. [E conclui citando Leopoldo

Zea:] Esta realidade não é permanente, mas histórica. Não é, pois, possível, saltar a barreira da história. Quando muda a história, necessariamente tem que mudar também a filosofia (Costa, 1956, p. 24)

Essa *démarche* não lhes era exclusiva, nem mesmo original. Vale lembrar que, na virada dos anos 1950 para 1960, além desses livros de Sodré e Cruz Costa, também foram publicados outros títulos semelhantes, tal como *Consciência e Realidade Nacional*, de Álvaro Vieira Pinto publicado pelo ISEB em 1960; ou *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia* de Dante Moreira Leite — livro escrito em 1954 e primeiramente apresentado como tese de doutorado em Filosofia na USP, sob a orientação do próprio Cruz Costa. (Sem esquecer de mencionar os demais textos do ISEB: *Ideologia e desenvolvimento nacional*, de Vieira Pinto, publicado em 1956; *A filosofia no Brasil* de Hélio Jaguaribe, publicado em 1957; *Formação e problema da cultura brasileira* de 1958, escrito por Roland Cobisier; *Ideologias e Segurança Nacional* de Alberto Guerreiro Ramos publicado em 1958; *Ideologia e realidade* de Michel Debrum lançado em 1959 e finalmente; *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, de Nelson Werneck Sodré, também desse último ano). Não é exagero afirmar que todos esses títulos compartilharam do mesmo tema, o mundo das idéias, e de ambiência e intenções autorais razoavelmente comuns. Pois ainda que guardassem claras distinções teóricas e possuíssem formatos disciplinares específicos, em cada um deles se encerra uma análise do processo de constituição da consciência nacional. De um ponto de vista amplo, pode-se dizer que, através dessas obras, seus autores enfrentavam e resolviam as seguintes indagações. Existe um pensamento verdadeiramente nacional?⁷ No Brasil, a vida intelectual está suficientemente madura para já formular um *corpus* doutrinário (seja filosófico, artístico e literário, jurídico, ou ci-

⁴ “Desde 1937, quando assumi o cargo de assistente da cadeira de Filosofia, ocupada então pelo meu prezado amigo, Professor Jean Maugüé, julguei que devia chamar a atenção dos nossos estudantes para as vicissitudes pelas quais passaram em nossa terra, as correntes filosóficas estrangeiras e, sobretudo, para a curiosa significação que elas têm apresentado no evoluir de nossa história. Tem sido essa, desde aquele tempo, uma das minhas preocupações como professor. Para que o pensamento não seja mera fantasia sem proveito [...] é mister que não perca contato com a história, com os problemas reais da vida.” (Costa, 1956, Prefácio)

⁵ “Uma sociedade — escreveu Toynbee — ‘enfrenta no curso de sua existência uma sucessão de problemas que cada um dos seus membros deve resolver por si e da melhor maneira. A apresentação destes problemas toma a forma de um *desafio* que é mister considerar com *prova*’. Esse *desafio* e essa *prova*, cremos, deve ser estudada no evoluir de nossa história. Foi por isso que se nos impôs, de imediato, a posição historicista, que é aquela aliás em que incidem até os autores que na América a criticam...” (Costa, 1956, p. 437)

⁶ Ainda que difusamente, para a Filosofia isso envolve rejeitar o caminho das elucubrações metafísicas em favor de uma exposição filosófica não necessariamente idealista, mas de inspiração hegeliana. Quanto aos domínios da História, sob a mesma matriz teórica, configura-se uma espécie de história social das idéias de viés marxista.

⁷ Anos mais tarde, Raymundo Faoro (1996) faz publicar uma série de conferências com esse mesmo título. Ne-las, assume uma posição similar à de Cruz Costa, acentuando o pragmatismo do pensamento brasileiro.

entífico) com cores locais e autênticas? Ou a nossa autonomia foi meramente formal e estamos fadados a imitar o ideário europeu, vivendo à sombra de seus estilos intelectuais, sendo inescapavelmente subordinados ao colonialismo cultural?

A América [escreveu Cruz Costa] continuou intelectualmente colonial por muito tempo ainda depois de ter conseguido a sua independência política e foi provincial ainda durante o muito tempo, depois de ter deixado de ser intelectualmente colonial. Nós ainda vivemos intelectualmente na franja da cultura europeia (Costa, 1956, p. 13)

Aos ouvidos de Sodré tais palavras soavam como absolutamente verdadeiras. E cada um, a seu modo, enfrentou tais dilemas e a temática da transposição das idéias europeias para território brasileiro. É importante observar que eles não discutiram se as idéias estavam ou não no lugar — essa querela lhes foi estranha e só marcou uma geração posterior de estudiosos que, durante os anos 1970, animada pelo estruturalismo, desconsiderou o problema nacional; redefiniu a natureza do capitalismo no Brasil (subordinado dependente *versus* colonialismo) e se enredou numa longa e inconclusa discussão acerca do descompasso entre o liberalismo e as estruturas de classes.⁸ Totalmente avessos a essa problemática de viés estruturalista, Sodré e Cruz Costa admitiam como certo o fato de a *transplantação cultural* ou da *imigração das idéias*; assumiam esses fenômenos como dados históricos inscritos no processo de expansão europeia desde a aurora da modernidade; e entendiam que isso não envolvia uma fatal sentença de servilismo intelectual. Com ênfases e tons argumentativos distintos, mas opiniões muito parecidas, eles afirmavam:

A inteligência brasileira [afirmava o filósofo da USP] formou-se pelo mesmo processo que plasmou o povo brasileiro, isto é, graças às contribuições estrangeiras. [...] Escrever a história das suas idéias é, também, descrever as alternativas da imigração das idéias estrangeiras no Brasil. Nesse lento processo de formação intelectual é natural que tenha havido e que haja imitação. Era

compreensível que imitássemos os colonizadores. Estes, porém, ao exercerem a sua ação, sofreram também a influência das condições novas que o meio lhes oferecia e aí já se encontra uma primeira modificação do modelo original europeu. (Costa, 1956, p. 16)

E NWS secundava:

A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonialismo. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo que justifica a supremacia de nações colonizadoras, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que a impõem. Um povo começa a ter o direito de repudiar a ideologia do colonialismo quando, em consequência de transformações estruturais [...] as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição. A opção pela ideologia do colonialismo só então é um ato de vontade — e quando isto acontece, tal ideologia entra em crise e começa a desmoralizar-se. (Sodré, 1961, p. 9)

A disparidade entre seus modos de exposição e estilos persuasivos não precisa ser compreendida como oposição (Nelson Werneck Sodré escrevia com a força de um combatente intelectual e politicamente engajado, ao passo que João Cruz Costa era um mestre em convencer pela sobriedade de uma escrita ponderada, elegante e discreta). Porque, apesar de se expressarem de forma bastante diferenciada — o que de resto se explica em função dos *topoi* intelectuais que ocupavam e do público-leitor que presumiam alcançar: um escrevia para o homem comum, o leigo que freqüentava a Rua das Palmeiras; enquanto o outro, apresentando-se como Professor Catedrático da USP, se dirigia aos estudiosos de filosofia da Maria Antonia⁹ —, ambos compartilhavam das mesmíssimas ambições intelectuais (perdoem-me, mas vou repetir: descrever a saga de formação da inteligência nacional) e mais importante ainda: compreendiam que as suas reflexões estavam inscritas numa conjuntura de transformações das idéias

⁸ Sobre o debate acerca do lugar das idéias, ver: Schwarz (1973) e Franco (1976).

⁹ Sobre o público do ISEB, ver Abreu *et al.* (1992); quanto aos primeiros anos de formação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cf. Arantes (1994).

as no Brasil, sendo elas próprias indícios reveladores dessa nova situação histórica. Quer dizer, ambos possuíam consciência de que seus próprios esforços reflexivos, na medida em que fixavam uma tradição intelectual e o traçado histórico da sua composição, eram expressões do amadurecimento da inteligência no Brasil.

Segundo Cruz Costa,

O interesse que leva os intelectuais brasileiros a reexaminar, nos dias atuais, o que foi a nossa experiência histórica, indica claramente que se está a processar uma verdadeira transformação na nossa maneira de considerar os problemas do Brasil. (Costa, 1956, p. 19)

E nisso foi seguido pelo historiador isebiano. Nas páginas finais da Introdução de *A ideologia do colonialismo* se lê:

Hoje, já é difícil difundir teorias de superioridade de raça, de clima, de posição geográfica. A resistência que elas encontram cresceu de tal maneira que já perderam a efetividade, deixaram de ser úteis aos fins a que se destinavam. Tornou-se imperioso substituí-las por outras, particularmente no campo econômico. Daí assistirmos agora à rápida transição delas para novos dísticos. [...] Os pessimistas de hoje que vêem o Brasil 'à beira do abismo', os que não acreditam no povo, os que só confiam em elites, em predestinados, em bem-aventurados, os que nos supõem condenados à perda econômica, os que desalentam com os 'desastros' do nacionalismo, são herdeiros naturais dos que proclamavam a preguiça do brasileiro, a incapacidade do brasileiro, a cobiça do brasileiro. Traços de classe, que pretendiam e pretendem generalizar a todo um povo. Este livro é um retrato de mazelas, portanto, destinado a mostrar que, muito ao contrário do que supunham alguns dos nossos antigos homens de pensamento, o Brasil podia progredir e tornar-se uma grande nação. Podia vir a ser aquilo de que nos aproximamos, apesar dos esforços internos dos porta-vozes atuais da agonizante ideologia do colonialismo. (Sodré, 1961, p. 12)

Mas o que então era novo? Por que Sodré afirmava que a ideologia do colonialismo estava agonizante? Antes e melhor ainda: substantivamente, no que consistia tal ideologia?¹⁰ O seu significa-

¹⁰ "Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar denominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerando-lhes os destinos,

do era idêntico ou correspondia às características centrais que João Cruz Costa atribuía ao pensamento brasileiro?

Para essa última indagação a resposta é não. Muito embora possuíssem intenções autorais bastante similares, sob o aspecto substantivo há distinções nada desprezíveis entre Sodré e Cruz Costa. Afinal, não focalizavam os fatos da consciência do mesmo modo. O ânimo que assaltava o filósofo uspiano — que rejeitava a existência de uma filosofia nacional idiótica e singularíssima (afinal, esse pensar tem a vocação da universalidade) — visava compreender a trajetória de conformação das idéias filosóficas no território brasileiro. E aí identificar os traços, ou seja, a moldura intelectual que deu fôrma, sentido e por fim temperou o caráter dessas idéias no Brasil. Já nas páginas finais de CHIB essa questão é assim resolvida:

Se considerarmos o sentido das idéias no Brasil — verificaremos que elas constituem como que instrumentos de ação, principalmente de ação social e política. A filosofia, em boa parte, esteve no Brasil, a serviço dessa ação, como no passado medieval português ela estivera a serviço da teologia e da reflexão ético política. (Costa, 1956, p. 439)

Para nós, a filosofia autêntica sempre esteve ligada à ação. Tinha razão, pois, a nosso ver, Clóvis Beviláqua quando dizia que *se algum dia pudermos alcançar mais significativa produção filosófica, ela não surgirá dos cimos da metafísica*. (Costa, 1956, p. 442)

Com uma problemática teoricamente mais

pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como de resto seriam por si mesmos negativos os cruzamentos, as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça — tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que no fundo preferia apenas coonestar a justificar a exploração colonial." (Sodré, 1961, p. 133)

modesta,¹¹ mas politicamente muito mais ambiciosa — e aí vale observar: dando exato cumprimento à vocação pragmática que Cruz Costa identificava —, o historiador isebiano queria compreender as condições de gênese e o processo de consolidação de uma inteligência autônoma e autenticamente nacional. Toda a sua operação historiográfica visava a desenhar o percurso de conformação dessa tradição intelectual. Contudo, seu gesto não era o de um observador desinteressado. Ao fixar a trajetória do pensamento nacionalista, resgatando o legado do seu *corpus* de idéias, ele aí se inscrevia tornando-se um de seus herdeiros. Para isso, sua análise fez uma travessia histórica por importantes e expressivas figuras de diferentes segmentos da cultura nacional, desenrolando-se como um discreto, mas crescente processo de emancipação intelectual. Semelhante a uma marcha do espírito (porém sem qualquer concessão ao idealismo), em *A ideologia do colonialismo* se descreve um processo imperceptível — digo, involuntário e imprevisível —, mas disruptivo o suficiente para resultar, progressiva e lentamente, numa ruptura com o ideário da subordinação colonial.

Em cada um dos pensadores que analisa,¹² Werneck encontra um significado e atribui um valor que, uma vez reunidos, acabam por conformar um legado de idéias e atitudes que, apesar de não terem sido intencionais, resultaram num crescente sentimento de autonomia da nação. Desse modo, em Azeredo Coutinho, ele observa os rudimentos

¹¹ Historiador e marxista, Werneck não esposava a idéia de brasilidade ou do caráter nacional. Seu esforço intelectual consistia justamente em negar tal esquematismo implícito na abordagem sociológica - que reiteradamente define um princípio essencial para a *anima brasilis*: clima, raça, civilização etc (eis a ideologia do colonialismo!) — e explicar a história da sociedade brasileira a partir do seu processo de formação social e econômica.

¹² “Procuramos pela escolha das figuras e das obras estudadas mostrar o processo de desenvolvimento da ideologia do colonialismo, no caso brasileiro, e não foi por coincidência que enfileiramos um economista da fase final do processo de autonomia política, Azeredo Coutinho, um romancista do início da segunda metade do século XIX, José de Alencar, um crítico do fim do mesmo século, com uma obra publicada no ano da Abolição, Silvio Romero, um ensaísta do início do século XX, quando a mudança de regime indicava alteração na estrutura econômica e social, Euclides da Cunha, e um intérprete da terceira década do século atual, quando começam a definir-se os rumos novos a que obedecerá o Brasil, Oliveira Vianna.” (Sodré, 1961, p. 10)

das primeiras intuições da singularidade econômica (Sodré, 1961, p. 31); em José de Alencar ele valoriza a criação e vulgarização do idioma pátrio, ou seja, a constituição de uma língua tipicamente brasileira, distinta do português (Sodré, 1961, p. 41); em Silvio Romero, enxerga a importância seminal de uma nova abordagem crítica, pois, a despeito de a obra do sergipano estar eivada por muitos dos preconceitos da ideologia do colonialismo e por tom demasiadamente severo e melancólico,¹³ nela germinou um novo horizonte teórico interpretativo da vida intelectual brasileira. Segundo Sodré, em *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero...

Houve erros, sem dúvida alguma. Mais do que isso: falhas, desvios, falsidades transparentes. [e] Só o entendimento perfeito das características da época nos poderia explicar a origem, os motivos, as bases de tais erros, desvios, falhas, falsidades. Dava-se, em todo caso, um grande passo à frente. O desenvolvimento literário já não devia ser assinalado apenas pelos marcos individuais — a vida e a obra dos escritores que tinham conquistado a notoriedade tinham conseguido que os seus trabalhos permanecessem na memória dos homens. *Havia, pois, algo que transcendia o indivíduo, na manifestação literária, como em qualquer manifestação humana. Alguma coisa que não era a soma do esforço de cada um dos escritores. Alguma coisa que, destarte, pertencia à sociedade.* Não será errado, assim, datar daí os primeiros elementos de estudos literários com fundamentos sociais. (Sodré, 1961, p. 81 – o grifo é meu)

Essa mesma percepção encontra melhor aca-
bamento em *Os Sertões*. Nessa obra, escreveu Sodré, Euclides da Cunha “teve a intuição de ofe-

¹³ “Romero apontava males verdadeiros sem dúvida nenhuma: não tínhamos filosofia, não tínhamos ciência, não tínhamos poesia original, o brasileiro não era inventivo, amava mais as palavras retumbantes do que as formulações da ciência, os homens de letras preferiam desconhecer o país e o seu povo, isolavam-se do que o historiador denomina ‘alma nacional’, viviam enclausurados nas cidades. Tudo certo, sem dúvida. Eram males do seu tempo. Alguns chegaram ao nosso tempo [Observe que é muito similar à visão de João Cruz Costa] Tudo teria como causa, entretanto, a ação climática? Hoje sabemos que não.” (Sodré, 1961, p. 89). “Estas idéias em que Sílvio Romero, alternando entre brilhantes intuições e simples aceitações de prejuízos travestidos de ciência, descobre algumas verdades e dá ouvidos a muitas mentiras, tudo com sinceridade, o calor, a paixão com que defendia os seus pontos de vista. Idéias que eram do seu tempo mais do que suas. Que só poderemos compreender alcançando as suas origens e a razão de sua vigência ao estudarmos o quadro social e político da época.” (Sodré, 1961, p. 93)

recer aquilo que a nossa gente não podia esperar [isto é, o relato contundente das profundezas de um Brasil então desconhecido], mas da forma que ela apreciava.” (Sodré, 1961, p. 159). Em outras palavras, embora o isebiano a julgasse uma farsesca já obsoleta, a imponência da retórica científica de *Os Sertões* contribuiu para a divulgação e, principalmente, para a aceitação de uma nova e verdadeira imagem do povo brasileiro.

Será apenas em Oliveira Vianna que esse crescente, mas impremeditado, processo de formação da inteligência sofre uma inflexão. Então, fínda o caráter espontâneo e irrefletido da adoção da ideologia do colonialismo. Isso porque, segundo o historiador do ISEB, as condições históricas que propiciaram a aceitação e disseminação das crenças de superioridade racial, de determinação climática ou de desvalorização de uma civilização sobre a outra já não estariam mais dadas e, portanto, a insistência em conservar tal ideário é expressiva de uma vontade livre e politicamente orientada. Eis a razão de Sodré alimentar uma solene antipatia pelas idéias de Oliveira Vianna. E, sem fazer qualquer concessão ao intelectual fluminense, exibindo uma ferocidade contrastante com os cuidados compreensivos que dedicou aos demais pensadores, ele afirmou:

É preciso ser tolerante para com Azeredo Coutinho, compreender a circunstância em que trabalhou Silvio Romero e aquela em que Euclides da Cunha alternou intuições com incompreensões, como é razoável situar a obra indianista de José de Alencar dentro das características de uma época escravocrata. Para com Oliveira Vianna, entretanto, não é preciso tolerância alguma — o seu tempo lhe permitia situar e compreender melhor os problemas —, ele realizou uma opção deliberada (Sodré, 1961, p. 11)

A crítica contra o pensador autoritário foi embalada num sarcasmo corrosivo que, beirando a zombaria (Sodré, 1961, p. 194), desaprovava até mesmo os traços idiossincráticos e pessoais daquele autor. (Sodré não chega a julgá-lo moralmente, porém, deixa escapar uma profunda e indisfarçável contrariedade¹⁴). Porque tudo lhe

desagradava em Oliveira Vianna: o palavrório vazio, a inconsistência do método, a desconsideração com as fontes e com a documentação histórica, o formato empolado dos argumentos, os autores citados, as idéias elitistas e autoritárias, os prognósticos delirantes de arianização — enfim, a seu modo de ver, nada sobriaria de aproveitável.

... porque a verdade inequívoca é que não existe em *Populações Meridionais do Brasil* qualquer traço de análise fundada no exame metódico, de propriedade no julgar, no informar e no concluir. Trata-se de uma série bem arrumada de equívocos, sem nenhum resquício de ciência, pomposamente batizado, capaz de impressionar aqueles que têm interesse em admitir que nosso desenvolvimento social e político tenha sido assim, para justificar-se a si próprios e justificar os seus rumos nestes dias que vamos vivendo. Trata-se de uma obra de fracos andaimes, de ciências da sociedade e de ciências do homem, sem nenhum método, com parca e falsa informação, tendenciosa em seus termos e principalmente em sua essência, obra que não resiste ao exame de qualquer estudioso mediano, que não escapa mesmo a uma crítica atenta, tão impregnada está de simples preconceitos, tão pontilhada de gritantes inverdades, tão viscerada de falhas insanáveis. Sua antropologia pertence ao século IX [sic]; a sociologia em que se ampara já estava em ruínas aos fins daquele século; sua história não mereceria atenção de qualquer estudioso medianamente informado nos primeiros decênios deste século. O que significa, em suma que nasceu atrasada de meio século, embora possa servir a interesses ainda vivos em nosso meio. (Sodré, 1961, p. 217)

Entre o historiador isebiano e o pensamento político de Oliveira Vianna não há qualquer semelhança. Muito embora o foco da atual recepção crítica tenda a esmaecer ou a compreender os preconceitos instilados pela obra do intelectual fluminense (Cf. Bastos, 1993), valorizando, em contrapartida, o caráter político e a natureza voluntária do seu receituário de transformação da sociedade brasileira, nem mesmo isso poderia conduzir a uma aproximação efetiva entre esses dois pensadores. Porque, não obstante o fato de depositarem todas as suas esperanças na ação política, a verdade é que recomendam protagonistas sociais completamente diferentes. Com efeito, eis o problema: disputavam o mesmo território. Pois, enquanto um previa virtudes principescas, o ou-

¹⁴ Cf. particularmente Sodré, 1961, p. 197 e seguintes.

tro enxergava na plebe a imagem do seu herói.¹⁵ E nisso Nelson Werneck Sodré e João Cruz Costa concordaram:

Graças ao trabalho do povo, principal fiador da nossa condição de nação e fator essencial do nosso progresso, surge lenta, mas seguramente, uma nação nova que, se define e que — através das mais decepcionantes e das mais promissoras aventuras — começa a tomar consciência da sua inteligência e do seu destino. (Costa, 1956, p. 16)

(Recebido para publicação em julho de 2005)
(Aceito em agosto de 2005)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira *et al.* *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. São Paulo: Marco Zero, 2000.

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês no ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BASTOS, Elide Rugai *et al.* *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento brasileiro?* São Paulo: Ática, 1996.

FRANCO, Sylvia de Carvalho Franco. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, Brasiliense, 1976.

SCHWARZ, Roberto. As idéias estão fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 3, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

_____. *Quem é o povo do Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

¹⁵O conceito de povo em Nelson Werneck Sodré é elástico e atravessa verticalmente todas as classes sociais. (Ver particularmente Sodré, 1962)